

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA ADICIONAL, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA CONCESSIONÁRIA SPMAR S.A.

Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo qualificadas:

A. CONCESSIONÁRIA SPMAR S.A., sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2012, 9º andar, conjunto 93, sala 03, CEP 05426-100, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.191.336/0001-53, neste ato representada na forma de seu estatuto social (“Emissora”);

B. PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., sociedade limitada com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Sete de Setembro, 99, 24º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.227.994/0001-50, neste ato representada nos termos de seu Contrato Social, nomeada neste instrumento para representar, perante a Emissora, a comunhão dos interesses dos debenturistas da presente emissão, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”) (“Agente Fiduciário”);

E, ainda, na qualidade de intervenientes garantidoras,

C. HEBER PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade por ações, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2012, 5º andar, cj. 54, sala 01, CEP 01469-900, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.523.814/0001-73, neste ato representada na forma de seu estatuto social (“Heber”);

D. CONTERN CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA., sociedade limitada com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua das Olimpíadas, 66, 6º andar, CEP 04551-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 56.443.583/0001-80, neste ato representada nos termos do seu contrato social (“Contern”); e

E. CIBE INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade por ações, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, 1744, 8º andar, sala 11, CEP 01451-910, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.405.940/0001-14, neste ato representada nos termos de seu estatuto social (“Cibe Investimentos” e, em conjunto com a Heber e com a Contern, “Intervenientes Garantidoras” sendo as Intervenientes Garantidoras, em conjunto com Emissora e o Agente Fiduciário, “Partes”).

Celebram o presente Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional, para Distribuição Pública com Esforços restritos de Colocação, da Concessionária SPMAR S.A. (“Escritura”, “Emissão” e “Debêntures” respectivamente), nos termos e condições abaixo.

1. AUTORIZAÇÃO

1.1 A presente Escritura é celebrada com base na deliberação da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 14 de fevereiro de 2011 (“AGE”), nos termos do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações e do artigo 15 (ix) do Estatuto Social da Emissora. A Fiança prestada pelas Intervenientes Garantidoras, conforme definido abaixo, foi autorizada em Reunião do Conselho de Administração da Heber realizada em 14 de fevereiro de 2011 (“RCA Heber”), nos termos do artigo 15 (h) de seu Estatuto Social, em Reunião de Sócios da Contern, realizada em 14 de fevereiro de 2011 (“Reunião de Sócios Contern”), nos termos do seu Contrato Social e em Reunião do Conselho de Administração da Cibe Investimentos, realizada em 14 de fevereiro de 2011, nos termos do artigo 19 (xi) do seu Estatuto Social (“RCA Cibe Investimentos”).

2. DOS REQUISITOS

2.1 A Emissão para distribuição pública com esforços restritos de colocação nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 476, de 16 de janeiro de 2009 (a “Oferta” e a “Instrução CVM 476”, respectivamente), e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, será realizada com observância dos seguintes requisitos:

2.1.1 Arquivamento e Publicação das Deliberações

2.1.1.1 As atas das AGE, RCA Emissora, RCA Heber, RCA Cibe Investimentos e Reunião de Sócios Contern de que tratam a Cláusula 1.1 acima serão arquivadas na Junta Comercial do Estado de São Paulo (“JUCESP”) e publicadas, nos termos dos artigos 62, inciso I, e 289 da Lei das Sociedades por Ações.

2.1.2 Inscrição e Registro da Escritura

2.1.2.1 Esta Escritura e seus eventuais aditamentos deverão ser inscritos na JUCESP, de acordo com o disposto no artigo 62, inciso II, e parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações.

2.1.2.2 Em virtude da Fiança de que trata a Cláusula 4.10 abaixo, a presente Escritura será registrada nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos nas Cidades de São Paulo, Estado de São Paulo e Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, nos termos da Cláusula 4.10.12 e encaminhadas ao Agente Fiduciário em até 5 (cinco) dias úteis do efetivo registro.

2.1.3 Dispensa do Registro na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”)

2.1.3.1 A presente Emissão está automaticamente dispensada de registro de distribuição na CVM, nos termos do artigo 6º da Instrução CVM 476, por se tratar de oferta pública de valores mobiliários com esforços restritos de distribuição.

2.1.4 Registro na CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (“CETIP”)

2.1.4.1 As Debêntures serão registradas para: (a) distribuição pública no mercado primário por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos (“SDT”), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo a distribuição liquidada através da CETIP; e (b) negociação, observado o disposto na Cláusula 3.8 abaixo, no mercado secundário por meio do SND – Módulo Nacional de Debêntures (“SND”), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.1.5 Dispensa do Registro na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (“ANBIMA”)

2.1.5.1 A presente Emissão não será registrada na ANBIMA por se tratar de oferta pública de valores mobiliários com esforços restritos de distribuição e não haver prospecto, nos termos do §1º do artigo 25 do código de auto-regulação da ANBIMA para as ofertas públicas de distribuição e aquisição de valores mobiliários.

3. DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1 Objeto Social da Emissora

3.1.1 A Emissora tem por objeto social exclusivo explorar, mediante concessão onerosa, o Trecho Sul do Rodoanel Mário Covas e construir para posterior exploração o Trecho Leste do aludido Rodoanel, na forma do Edital nº 001/2010 (“Edital”) e correspondente Contrato de Concessão (“Contrato de Concessão”).

3.2 Número da Emissão

3.2.1 Esta é a 1ª (primeira) emissão pública de debêntures da Emissora.

3.3 Número de Séries

3.3.1 A Emissão será realizada em série única.

3.4 Montante da Emissão

3.4.1 O montante total da emissão será de R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definida abaixo).

3.5 Quantidade de Debêntures

3.5.1 Serão emitidas 300 (trezentas) Debêntures.

3.6 Banco Mandatário e Agente Escriturador

3.6.1. O banco mandatário e o agente escriturador da presente Emissão será o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, s/nº, inscrito no CNPJ sob nº 60.746.941/0001-12 (“Banco Mandatário” e “Agente Escriturador”, respectivamente).

3.7 Destinação dos Recursos

3.7.1 Pagamento de parte da outorga fixa (“Outorga Fixa”) devida ao Governo do Estado de São Paulo (“Poder Concedente”).

3.8 Registro para Distribuição e Negociação

3.8.1 As Debêntures serão registradas: (i) para distribuição no mercado primário através do SDT; e (ii) para negociação em mercado secundário através do SND, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP, sendo a custódia eletrônica das Debêntures e a liquidação financeira realizadas através da CETIP.

3.8.2 As Debêntures somente poderão ser negociadas em mercado de balcão organizado depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição pelo investidor, nos termos dos artigos 13 e 14 da Instrução CVM 476. Somente Investidores Qualificados, observado o disposto no artigo 4º, incisos I e II, da Instrução CVM 476, nos termos da definição da Instrução da CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004 (“Instrução CVM 409”), conforme alterada, poderão subscrever ou adquirir as Debêntures, ressalvado o disposto nos parágrafos primeiro e segundo do artigo 15 da Instrução CVM 476.

3.8.3 Conforme definidos pela Instrução CVM 409, são Investidores Qualificados: (i) instituições financeiras; (ii) companhias seguradoras e sociedades de capitalização; (iii) entidades abertas e fechadas de previdência complementar; (iv) pessoas físicas ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$300.000,00 (trezentos mil reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio; (v) fundos de investimento

destinados exclusivamente a investidores qualificados; (vi) administradores de carteira e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios; e (vii) regimes próprios de previdência social instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou por Municípios (“Investidores Qualificados”).

3.8.4 Nos termos da Instrução CVM 476 e para fins da presente Emissão: (i) todos os fundos de investimento serão considerados Investidores Qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados; e (ii) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no item (iv) da Cláusula 3.8.3 acima deverão subscrever ou adquirir, no âmbito da Emissão, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

3.9 Colocação e Procedimento de Distribuição

3.9.1 As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, sob o regime de garantia firme de subscrição, com intermediação do BB-Banco de Investimento S.A. (“Coordenador Líder”) e do Banco Votorantim S.A. (“Coordenador” e, em conjunto com o Coordenador Líder, “Coordenadores” ou “Instituições Intermediárias”), instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, por meio do módulo SDT, administrado e operacionalizado pela CETIP, e destinadas exclusivamente à subscrição por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados, observado o artigo 3º da Instrução CVM 476 e os termos e condições do “Instrumento Particular de Coordenação, Colocação e Distribuição com Esforços Restritos, de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional, sob Regime de Garantia Firme de Subscrição, da 1ª Emissão da Concessionária SPMAR S.A. (“Contrato de Colocação”).” Fica desde já estabelecido que, nos termos do artigo 3º, I, da Instrução CVM 476, somente poderão ser acessados um total de 50 (cinquenta) Investidores Qualificados pelos Coordenadores.

4. DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Características Básicas

4.1.1 Valor Nominal Unitário

4.1.1.1 O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) na Data de Emissão (conforme definida abaixo) (“Valor Nominal” ou “Valor Nominal Unitário”).

4.1.2 Quantidade de Debêntures

4.1.2.1 Serão emitidas 300 (trezentas) Debêntures, em série única.

4.1.3 *Data de Emissão*

4.1.3.1 Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 18 de fevereiro de 2011 (“Data de Emissão”).

4.1.4 *Data de Vencimento*

4.1.4.1 As Debêntures terão prazo de vigência de 12 (doze) meses, sendo que o respectivo vencimento ocorrerá em 18 de fevereiro de 2012 (“Data de Vencimento”), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado previstas na Cláusula 5.3 abaixo. Na ocasião do vencimento, a Emissora obriga-se a proceder ao pagamento das Debêntures que ainda estejam em circulação pelo saldo de seu Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos (conforme definidos abaixo), bem como de eventuais Encargos Moratórios, conforme abaixo definidos, calculados na forma prevista nesta Escritura.

4.1.5 *Forma e Emissão de Certificados*

4.1.5.1 As Debêntures serão emitidas na forma nominativa e escritural, sem a emissão de certificados.

4.1.6 *Comprovação de Titularidade das Debêntures*

4.1.6.1 Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito das Debêntures emitido pelo Agente Escriturador. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade de Debêntures custodiadas eletronicamente no SND, extrato em nome do debenturista, expedido pela CETIP.

4.1.7 *Conversibilidade*

4.1.7.1 As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

4.1.8 *Espécie*

4.1.8.1 As Debêntures serão da espécie quirografária, com garantia adicional, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

4.2 Subscrição

4.2.1 *Prazo de Subscrição*

4.2.1.1 As Debêntures serão subscritas e integralizadas, em uma única data, a qualquer tempo, no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da data de início de distribuição das Debêntures.

4.2.2 *Preço de Subscrição*

4.2.2.1 O preço de subscrição de cada Debênture será seu Valor Nominal Unitário.

4.3 **Integralização e Forma de Pagamento**

4.3.1 As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato de subscrição e de acordo com os procedimentos da CETIP.

4.4 **Atualização do Valor Nominal**

4.4.1 Não haverá atualização do Valor Nominal das Debêntures.

4.5 **Remuneração**

4.5.1 *Juros Remuneratórios*

4.5.1.1 As Debêntures farão jus ao pagamento de juros remuneratórios, desde a data da primeira subscrição e integralização até a Data de Vencimento, estabelecidos com base na variação acumulada de 100% das taxas médias diárias das Taxas DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, Over Extra-Grupo (“Taxas DI”), expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>), acrescida de uma sobretaxa de 3,50% (três inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário, desde a data da primeira subscrição e integralização das Debêntures, conforme definida na Cláusula 4.2.1.1, até a data de pagamento de juros remuneratórios, nos termos da Cláusula 4.5.1.2 abaixo (“Juros Remuneratórios”).

4.5.1.2 Os Juros Remuneratórios serão pagos em uma única parcela na Data de Vencimento, observadas as hipóteses de vencimento antecipado e aquisição facultativa, conforme disposto na Cláusula 5 desta Escritura.

4.5.1.3 Os Juros Remuneratórios deverão ser calculados de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (\text{Fator de Juros} - 1)$$

Onde:

“J” Valor dos Juros Remuneratórios devidos no final do Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

“VNe” Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures no início do Período de Capitalização, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

“Fator de Juros” Fator de juros, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Fator de Juros} = \text{FatorDI} \times \text{FatorSpread}$$

Onde:

“Fator DI” Produtório das Taxas *DI-Over_k* com uso de percentual aplicado, da data de início do Período de Capitalização (inclusive) até a data de cálculo dos Juros Remuneratórios (exclusive), calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{FatorDI} = \prod_{k=1}^n (1 + TDI_k)$$

Onde:

“n” Número total de Taxas *DI-Over* consideradas na apuração do “Fator DI” no Período de Capitalização, sendo “n” um número inteiro;

“k” Número de ordem das Taxas DI, variando de 1 até n;

“TDI_k” Fator da Taxa *DI-Over* de ordem k, expressa ao dia, calculado com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, da seguinte forma;

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

Onde:

“ DI_k ” Taxa *DI-Over* de ordem k , expressa na forma percentual, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais; e

“FatorSpread” sobretaxa de juros fixos calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, conforme fórmula abaixo:

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{\text{DUP}}{252}} \right] \right\}$$

Onde:

“spread” 3,5000;

“DUP” Número de Dias Úteis entre a Data de Emissão e a data atual, data de pagamento ou data de vencimento, conforme o caso, sendo “DUP” um número inteiro.

Observações:

- (i) A Taxa *DI* deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP;
- (ii) O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento;
- (iii) Efetua-se o produtório dos fatores $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- (iv) Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante “Fator *DI*” com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento;

- (v) O fator resultante da expressão (Fator DI x Fator *Spread*) deve ser considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

4.5.1.4 No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será utilizada na apuração de TDI_k , em sua substituição, a última Taxa DI conhecida até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto dos Debenturistas, quando da divulgação posterior da(s) Taxa(s) DI que seria(m) aplicável(is).

4.5.1.5 Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) dias úteis da data esperada para sua divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção por imposição legal ou determinação judicial, a Taxa DI deverá ser substituída pelo substituto determinado legalmente para tanto. No caso de não haver o substituto legal da Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), para definir, de comum acordo com a Emissora, o parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação desse parâmetro será utilizada na apuração de TDI_k , para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura, a última Taxa DI conhecida até a data da deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os debenturistas, quando da deliberação do novo parâmetro de remuneração para as Debêntures.

4.5.1.6 Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), referida assembleia não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir de sua validade, passará a ser utilizada para o cálculo dos Juros Remuneratórios das Debêntures.

4.5.1.7 Caso não haja acordo sobre a taxa substitutiva entre a Emissora e os debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de 10 (dez) dias a contar a partir da data de realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo):

- (i) a Emissora resgatará antecipadamente e, conseqüentemente, cancelará imediatamente a totalidade das Debêntures em circulação, sem multa ou prêmio de qualquer natureza, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), pelo saldo do Valor Nominal Unitário nos termos da Escritura, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos até a data do efetivo resgate, calculado *pro rata temporis*, a partir da data da primeira integralização. Nesta hipótese, para cálculo dos Juros Remuneratórios aplicável às Debêntures a serem resgatadas, será utilizada para apuração de TDI_k a última Taxa DI divulgada oficialmente; ou

- (ii) a Emissora deverá apresentar o cronograma de amortização e pagamento dos Juros Remuneratórios da totalidade das Debêntures em circulação, o qual não excederá a Data de Vencimento das Debêntures, observado que, até a amortização integral das Debêntures, será utilizada uma taxa de remuneração substituta a ser definida por debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), conforme estabelecido na Cláusula 8ª desta Escritura, sendo que a taxa de remuneração substituta definida na Assembleia Geral de Debenturistas deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época. Caso a respectiva taxa substituta dos Juros Remuneratórios seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis utilizada pela Taxa DI.

4.6 Repactuação

- 4.6.1 Não haverá repactuação das Debêntures.

4.7 Amortização

- 4.7.1 O Valor Nominal das Debêntures será amortizado integralmente na Data de Vencimento, salvo possibilidade de aquisição facultativa, conforme previsto na Cláusula 5.1 abaixo.

4.8 Condições de Pagamento

4.8.1 Local de Pagamento e Imunidade Tributária

- 4.8.1.1 Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados: (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND; ou (ii) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas eletronicamente no SND: (a) na sede da Emissora ou do Banco Mandatário; ou (b) conforme o caso, pela instituição financeira contratada para este fim.

- 4.8.1.2 Caso qualquer debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, com cópia para a Emissora, no prazo mínimo de 15 (quinze) dias úteis antes da data prevista para quaisquer dos pagamentos relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos, decorrentes do pagamento das Debêntures de sua titularidade, os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

4.8.2 Prorrogação dos Prazos

4.8.2.1 Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das Partes, até o primeiro dia útil subsequente, se a data de vencimento da respectiva obrigação coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo, ou ainda, quando não houver expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento da respectiva obrigação coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional.

4.8.3 *Encargos Moratórios*

4.8.3.1 Sem prejuízo dos Juros Remuneratórios, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (em conjunto, “Encargos Moratórios”).

4.8.4 *Decadência dos Direitos aos Acréscimos*

4.8.4.1 Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.8.3.1 acima, o não comparecimento do debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento de Juros Remuneratórios e/ou Data de Vencimento.

4.9 **Publicidade**

4.9.1 Todos os anúncios, avisos e demais atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos debenturistas, serão publicados no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Monitor Mercantil, conforme estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações, observadas as limitações impostas pela Instrução CVM 476 em relação à publicidade da Emissão e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário de qualquer publicação na data da sua realização.

4.10 **Garantia Fidejussória**

4.10.1 Para assegurar o cumprimento das obrigações pecuniárias, principais e acessórias, assumidas nesta Escritura, as Intervenientes Garantidoras prestam fiança (“Fiança”) em favor dos Debenturistas,

representados pelo Agente Fiduciário, obrigando-se como fiadoras e principais pagadoras, solidariamente responsáveis com a Emissora, dos valores devidos nos termos desta Escritura, conforme os termos e condições abaixo.

4.10.2 As Intervenientes Garantidoras declaram-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, fiadoras e principais pagadoras, solidariamente responsáveis, do Valor Garantido (conforme definido abaixo) da Emissora oriundo das Debêntures desta Emissão, nos termos desta Escritura e em conformidade com o artigo 818 da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (“Código Civil”).

4.10.3 O valor da Fiança é limitado ao valor total das obrigações inerentes à Emissão garantido pelas Intervenientes Garantidoras, o qual inclui: (i) o Valor Nominal das Debêntures, acrescido dos Juros Remuneratórios e dos Encargos Moratórios, se for o caso, calculados nos termos desta Escritura; bem como (ii) todos os acessórios ao principal, inclusive as despesas judiciais, despesas associadas à execução das Garantias, despesas com Assessor Legal, despesas com Agente Fiduciário, Banco Mandatário e verbas indenizatórias, quando houver (“Valor Garantido”). Todo e qualquer pagamento realizado pelas Intervenientes Garantidoras em relação à Fiança ora prestada será efetuado livre e líquido, sem a dedução de quaisquer tributos, impostos, taxas, contribuições de qualquer natureza, encargos ou retenções, presentes ou futuros, bem como de quaisquer juros, multas ou demais exigibilidades fiscais, exceto nas hipóteses de retenção direta na fonte.

4.10.4 O Valor Garantido será pago pelas Intervenientes Garantidoras em até 2 (dois) dias úteis após recebimento de notificação por escrito do Agente Fiduciário ou pelos debenturistas às Intervenientes Garantidoras, independentemente de qualquer pretensão, ação, disputa ou reclamação que a Emissora venha a ter ou exercer em relação às suas obrigações que deverá ser acompanhada, quando aplicável, de comprovantes das despesas incorridas. Tal notificação deverá ser imediatamente emitida pelo Agente Fiduciário após a ocorrência da falta de pagamento pela Emissora de qualquer valor devido em relação às Debêntures na data de pagamento definida na Escritura. O pagamento deverá ser realizado, fora do âmbito da CETIP, e de acordo com instruções recebidas do Agente Fiduciário.

4.10.5 Fica facultado às Intervenientes Garantidoras efetuar pagamento de obrigação inadimplida pela Emissora, independentemente do recebimento de notificação do Agente Fiduciário, inclusive, durante eventual prazo de cura estabelecido nesta Escritura, hipótese em que o inadimplemento da Emissora será sanado pelas Intervenientes Garantidoras.

4.10.6. As Intervenientes Garantidoras expressamente renunciam aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 366, 827, 834, 835, 836, 837, 838 e 839 do Código Civil e artigo 77 e 595 da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (“Código de Processo Civil”).

4.10.7 As Intervenientes Garantidoras sub-rogar-se-ão nos direitos dos debenturistas caso venham a honrar, total ou parcialmente, a fiança objeto desta Cláusula 4.10, até o limite da parcela da dívida efetivamente honrada, sendo certo que as Intervenientes Garantidoras obrigam-se a somente exigir tais valores da Emissora após os debenturistas terem recebido integralmente o Valor Garantido.

4.10.8 A presente Fiança entrará em vigor na Data de Emissão e permanecerá válida em todos os seus termos até a data do integral cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações nos termos da presente Escritura.

4.10.9 As Intervenientes Garantidoras declaram e garantem que (i) a prestação desta Fiança foi devidamente autorizada por seus respectivos órgãos societários competentes; (ii) todas as autorizações necessárias para prestação desta Fiança foram obtidas e se encontram em pleno vigor; e (iii) o prazo determinado, para fins do artigo 835 do Código Civil, será a data do pagamento integral do Valor Garantido.

4.10.10 Fica desde já certo e ajustado que a inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução da Fiança em favor dos Debenturistas não ensejará, sob hipótese nenhuma, perda de qualquer direito ou faculdade aqui previsto, podendo a Fiança ser excutida e exigida pelo Agente Fiduciário, judicial ou extrajudicialmente, quantas vezes forem necessárias até a integral liquidação do Valor Garantido, devendo o Agente Fiduciário, para tanto, notificar imediatamente a Emissora, as Intervenientes Garantidoras.

4.10.11 Fica desde já certo e ajustado que o inadimplemento de obrigação pela Emissora, no prazo de cura estipulado nesta Escritura, não configura em nenhuma hipótese, inadimplemento pelas Intervenientes Garantidoras das obrigações por ela assumidas nos termos da Escritura.

4.10.12 Em virtude da Fiança prestada pelas Intervenientes Garantidoras, a presente Escritura será registrada nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das cidades de São Paulo, Estado de São Paulo e Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, em até 20 (vinte) dias a contar da data de sua assinatura. No prazo de 5 (cinco) dias úteis após tal registro, a Emissora encaminhará ao Agente Fiduciário uma via original devidamente registrada.

4.11 Garantias Reais

4.11.1 A presente Emissão contará, ainda, com as seguintes garantias:

(i) alienação fiduciária da totalidade das ações do capital social da Emissora, detidas pela Contern e pela Cibe Investimentos, bem como de dividendos, juros sobre capital próprio e quaisquer outros rendimentos decorrentes de tais ações e de eventuais novas ações que venham a ser criadas ou adquiridas

no futuro, direitos ou bônus de subscrição, debêntures conversíveis, partes beneficiárias ou outros valores mobiliários conversíveis em ações relativos ao capital social da Emissora, nos termos do Instrumento Particular de Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avenças, celebrado nesta data entre a Emissora, a Contern, Cibe Investimentos e o Agente Fiduciário (“Contrato de Alienação Fiduciária de Ações”);

(ii) alienação fiduciária de 304.063.400 (trezentas e quatro milhões, sessenta e três mil e quatrocentas) ações, equivalentes, nesta data, a 74,50% (setenta e quatro inteiros e cinquenta centésimos por cento) do capital social total da Cibe Investimentos detidas pela Cibe Participações e Empreendimentos S.A. (“Cibe Participações”), nos termos do Instrumento Particular de Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avenças, celebrado nesta data entre a Cibe Participações, o Agente Fiduciário, Emissora e a Cibe Investimentos (“Contrato de Alienação Fiduciária de Ações Cibe Investimentos”); e

(iii) cessão fiduciária, sob condição suspensiva da celebração do Contrato de Concessão e da anuência da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP (“ARTESP”), pela Emissora (i) da totalidade dos direitos creditórios, presentes e futuros, permitidos por lei, a que tem direito em decorrência da exploração dos serviços objeto do Contrato de Concessão, incluindo quaisquer receitas de exploração oriundas da cobrança de pedágio (“Direitos Creditórios”); (ii) o produto resultante do recebimento das quantias decorrentes dos Direitos Creditórios a ser depositado em conta bancária mantida e operada nos termos do contrato de administração de contas celebrado, nesta data, entre a Emissora, o Agente Fiduciário e o Banco do Brasil S.A., na qualidade de Banco Depositário, (“Contrato de Administração de Contas”); (iii) o direito de receber todos e quaisquer valores que, efetiva ou potencialmente, sejam ou venham a se tornar devidos pelo Poder Concedente à Emissora em caso de extinção da concessão outorgada nos termos do Contrato de Concessão; (iv) todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, que possam ser objeto de cessão fiduciária de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis, decorrentes do Contrato de Concessão, nos termos do Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios e Outras Avenças, celebrado nesta data entre a Emissora, o Agente Fiduciário e o Banco do Brasil S.A., na qualidade de Banco Depositário (“Contrato de Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios”) e conjuntamente com o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e Contrato de Alienação Fiduciária de Ações Cibe Investimentos, os “Contratos de Garantia”).

4.11.2 Mediante aprovação dos debenturistas, os Contratos de Garantia poderão ser compartilhados com outros credores.

4.11.3 Esta Escritura, os Contratos de Garantia, o Contrato de Suporte de Acionistas (conforme abaixo definido) e o Contrato de Colocação serão doravante denominados em conjunto os “Documentos da Oferta”.

5. DA AQUISIÇÃO FACULTATIVA E DO VENCIMENTO ANTECIPADO

5.1 Aquisição Facultativa

5.1.1 A Emissora poderá, a qualquer tempo, respeitado o prazo da Instrução CVM 476, adquirir a totalidade, e não menos que a totalidade, das Debêntures em circulação no mercado, nos termos da legislação vigente expedida pela CVM. As Debêntures objeto deste procedimento poderão: (i) ser canceladas, devendo o cancelamento ser objeto de ato deliberativo da Emissora; (ii) permanecer em tesouraria; ou (iii) ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, nos termos desta Cláusula 5.1.1, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures que ainda estiverem em circulação, observada a restrição para negociação das Debêntures prevista na Cláusula 3.8.2 acima.

5.2 Resgate Antecipado

5.2.1. Exceto pelo disposto na Cláusula 4.5.1.7(i) acima, a Emissora não poderá resgatar antecipadamente as Debêntures.

5.3. Vencimento Antecipado

5.3.1 Hipóteses de vencimento antecipado

5.3.1.1 Os titulares das Debêntures, representados pelo Agente Fiduciário, declararão, observado o disposto na Cláusula 8.8 desta Escritura, antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto da Escritura e exigirão o imediato pagamento, pela Emissora, do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures acrescido dos Juros Remuneratórios e dos Encargos Moratórios, se houver, calculados *pro rata temporis* a partir da data da primeira subscrição e integralização das Debêntures, até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, interpelação ou notificação, judicial ou extrajudicial, na ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos (“Eventos de Inadimplemento”):

- (i) o descumprimento de quaisquer das obrigações não pecuniárias assumidas pela Emissora e/ou pelas Intervenientes Garantidoras, conforme previstas nesta Escritura e/ou em quaisquer dos Documentos da Oferta, (i) não sanada nos prazo específicos estabelecidos, se houver; ou (ii) em não havendo prazo específico, não sanada no prazo de 10 (dez) dias contados (a) da data de comunicação do fato pela Emissora ao Agente Fiduciário ou (ii) da data de comunicação do fato pelo Agente Fiduciário à Emissora, o que ocorrer primeiro;

- (ii) ocorrência de alterações relevantes no setor econômico da Emissora e seu grupo econômico, incluindo eventuais subsidiárias, bem como ocorrência de possíveis alterações no setor por parte das autoridades governamentais competentes, ou quaisquer outros fatos que, direta ou indiretamente, comprometam as obrigações previstas nos Documentos da Oferta, a critério dos debenturistas;
- (iii) ocorrência de Mudanças Adversas Relevantes, conforme definido na Cláusula 9.1 (xii) abaixo;
- (iv) não pagamento na respectiva Data de Vencimento, das obrigações pecuniárias devidas aos titulares das Debêntures;
- (v) provarem-se falsas ou revelarem-se incorretas, enganosas, inconsistentes ou imprecisas quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora e/ou Intervenientes Garantidoras no âmbito da Emissão;
- (vi) os recursos obtidos no âmbito desta Oferta tenham destinação diversa da prevista na Cláusula 3.7 desta Escritura;
- (vii) o início da cobrança de pedágios no Trecho Sul do Rodoanel Mário Covas (“Trecho Sul”) não ocorra em até 210 (duzentos e dez) dias após a data de assinatura do Contrato de Concessão;
- (viii) perda da Licença de Operação do Trecho Sul não sanada em até 60 dias;
- (ix) descumprimento de qualquer condicionante da Licença de Operação do Trecho Sul, exceto se o descumprimento tiver sido sanado no prazo de cura aplicável concedido pelo órgão expedidor da Licença de Operação;
- (x) não aperfeiçoamento em até 90 (noventa) dias corridos, contados desta data, dos Contratos de Garantia, conforme aplicável, sob as condições suspensivas de (i) assinatura do Contrato de Concessão; e (ii) anuência do Poder Concedente, observado o disposto no Edital;
- (xi) caso o valor total das garantias previstas nos Contratos de Garantia fique abaixo de 130% (cento e trinta por cento) do valor das Debêntures, conforme apurado em laudos anuais ou a qualquer momento quando solicitado pelos Coordenadores, a serem fornecidos por empresa previamente acordada entre a Emissora e o Agente Fiduciário, ou, no caso das garantias previstas nos Contratos de Garantia virem a ser objeto de penhora, arresto ou qualquer medida judicial ou administrativa de efeito similar ou tornarem-se insuficiente, sem o devido reforço de garantia, de forma aceitável pelo Agente Fiduciário, nos termos dos Contratos de Garantia;

- (xii) anulação, cassação, encampação, suspensão ou vencimento da concessão objeto do Contrato de Concessão;
- (xiii) anulação, cassação, encampação, suspensão ou vencimento das licenças, permissões e autorizações necessárias ao Projeto (conforme definido no Contrato de Suporte de Acionistas), caso não sanados no prazo de 60 (sessenta) dias;
- (xiv) pedido de recuperação judicial ou extrajudicial, pedido de auto-falência ou decretação de falência contra a Emissora e/ou Intervenientes Garantidoras, bem como ocorrência de insolvência, liquidação e/ou dissolução da Emissora e/ou das Intervenientes Garantidoras, qualquer hipótese não sanada no prazo legal;
- (xv) suspensão das atividades Emissora e/ou das Intervenientes Garantidoras por um período superior a 60 (sessenta) dias;
- (xvi) vencimento antecipado cruzado, em relação às obrigações principais ou acessórias da Emissora, e/ou obrigações pecuniárias principais ou acessórias da Emissora e das Intervenientes Garantidoras (observado o disposto no item (xvii) abaixo), decorrentes de qualquer contrato de financiamento, não sanado no prazo de cura aplicável, se houver, em montante unitário ou agregado igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais);
- (xvii) vencimento antecipado cruzado, em relação às obrigações pecuniárias principais ou acessórias da Heber, na qualidade de avalista ou fiadora de tais obrigações, decorrentes de qualquer contrato de financiamento, não sanado no prazo de 60 (sessenta) dias contados da data da notificação do referido vencimento antecipado, em montante unitário ou agregado igual ou superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais);
- (xviii) existência de protesto cambiário de qualquer natureza contra a Emissora, no valor individual ou agregado de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) ou contra as Intervenientes Garantidoras, no valor individual ou agregado de R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), desde que não sejam contestadas satisfatória e tempestivamente a critério dos debenturistas;
- (xix) venda ou transferência, a qualquer título, de quaisquer bens da Emissora e da Cibe Investimentos, em valor superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) por ano, sem prévia anuência do Agente Fiduciário;
- (xx) distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio;

- (xxi) cessão das receitas originárias da atividade operacional da Emissora, nos termos do Contrato de Concessão e do seu Estatuto Social, em favor de outro credor, sem a autorização prévia e expressa do Agente Fiduciário;
- (xxii) não apresentação ao Agente Fiduciário, dos demonstrativos financeiros (a) semestrais, com revisão limitada e (b) anuais devidamente auditados, em ambos os casos por empresa registrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM);
- (xxiii) descumprimento de qualquer obrigação prevista no Contrato de Suporte de Acionistas, não sanado no prazo previsto no referido instrumento;
- (xxiv) transformação do tipo societário da Emissora, de sociedade anônima para sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 e 221, e sem prejuízo do disposto no artigo 222, todos da Lei das Sociedades por Ações;
- (xxv) qualquer cisão, incorporação, fusão, venda ou qualquer outra forma de reorganização societária da Emissora e da Cibe Investimentos que resulte em mudança ou transferência de controle acionário, sem a prévia anuência dos debenturistas, ressalvado o disposto no parágrafo 1º do artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações;
- (xxvi) se a Fiança prevista nesta Escritura: (a) for objeto de questionamento legítimo pela Emissora, pelas Intervenientes Garantidoras ou por terceiros, desde que não sejam contestadas satisfatória e tempestivamente a critério dos debenturistas; (b) não for devidamente constituída; (c) for anulada, nula, ou inválida sob qualquer forma; ou (d) de qualquer forma, deixar de existir ou for rescindida;
- (xxvii) redução de capital social da Emissora e/ou alteração do estatuto social da Emissora que implique a concessão de direito de retirada aos acionistas da Emissora, salvo se previamente aprovada pelos debenturistas;
- (xxviii) com exceção do pagamento do preço da Outorga Fixa, alocação constatada de recursos em despesas não relacionadas às atividades operacionais da Emissora;
- (xxix) autuações impostas à Emissora e/ou aos seus acionistas, pelos órgãos governamentais de caráter fiscal, de defesa da concorrência, de caráter sócio ambiental, dentre outros, em montantes superiores a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), desde que não sejam contestadas satisfatória e tempestivamente a critério dos debenturistas;
- (xxx) assunção de quaisquer passivos, pendências, dívidas ou endividamento, pela Emissora, para capital de giro e *running* CAPEX, seja por meio de empréstimos, adiantamentos ou qualquer

outra forma de contratação de dívida, acima do somatório de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) anuais, salvo se previamente aprovado pelos debenturistas, com exceção às dívidas oriundas do sistema BNDES ou de outro agente de fomento para financiamento do CAPEX, que vierem a ser contratadas, até o limite de R\$ 1.800.000.000,00 (um bilhão e oitocentos milhões de reais);

- (xxxix) concessão, pela Emissora, de preferência a outros créditos, realização de amortização de ações, emissão de debêntures e partes beneficiárias sem a anuência dos debenturistas;
- (xxxvii) concessão, pela Emissora, de mútuos a terceiros sem a anuência dos debenturistas;
- (xxxviii) efetivação de ato de qualquer autoridade governamental competente, com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar, ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, a totalidade ou parte substancial dos ativos, propriedades ou as ações representativas do capital social da Emissora e/ou dos seus acionistas;
- (xxxix) existência de execuções judiciais de qualquer natureza sobre a Emissora, bem como sobre seus acionistas, cuja soma seja superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) para cada sociedade;
- (xl) alteração do objeto social da Emissora;
- (xli) existência de restrições cadastrais, que não sejam satisfatoriamente esclarecidas aos debenturistas, em órgãos de proteção ao crédito (SERASA, SPC, CCF, CADIN, dentre outros, inclusive de caráter fiscal), as quais venham a recair sobre a Emissora, em valor agregado superior a R\$3.000.000,00 (três milhões de reais) e/ou sobre os acionistas da Emissora, em valor agregado superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais);
- (xlii) descumprimento de quaisquer das obrigações assumidas pela Emissora perante a ARTESP, em relação ao Contrato de Concessão e que não tenham sido sanadas no prazo previsto na legislação aplicável ou no âmbito do Contrato de Concessão;
- (xliiii) constituição de qualquer espécie de garantia ou gravame sobre os bens e direitos onerados no âmbito da Emissão sem que haja prévia anuência dos debenturistas, exceto nos casos em que a medida seja adotada em função de ordem judicial; e
- (xliv) constituição de garantias de quaisquer espécies a terceiros sobre quaisquer bens e direitos da Emissora, sem que haja prévia anuência dos debenturistas.

5.3.1.2 Caso ocorram quaisquer dos Eventos de Inadimplemento descritos nos itens iv, v, vi, xii, xiii, xiv e xix acima, não sanados nos respectivos prazos de cura, se aplicável, acarretará o vencimento antecipado

automático das Debêntures. Neste caso, o Agente Fiduciário deverá declarar vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o pagamento do que for devido.

5.3.1.3 Na ocorrência de quaisquer outros Eventos de Inadimplemento não mencionados no parágrafo anterior, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido abaixo) para deliberar sobre o não vencimento antecipado das Debêntures e/ou sobre a outorga de prorrogação do prazo de cura, conforme estabelecido na Cláusula 8ª desta Escritura. Caso decidam a favor do vencimento antecipado das Debêntures, tal decisão terá caráter irrevogável e irretratável. O vencimento antecipado somente não será declarado caso assim seja deliberado na referida assembleia, por deliberação de Debenturistas representantes de, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação.

5.3.1.4. Os itens (xvi) e (xvii) da Cláusula 5.3.1.1 não serão aplicáveis à Heber, caso a Cibe Participações, na qualidade de acionista da Emissora, realize a venda de ações da Cibe Investimentos para uma empresa interessada em investir na Emissora (o “Potencial Comprador”), sendo que o referido investimento somente poderá ser realizado por meio de um aumento de capital, pelo Potencial Comprador, na Cibe Investimentos, de modo que a Cibe Participações mantenha o controle acionário da Cibe Investimentos.

5.3.2 Uma vez vencidas antecipadamente as Debêntures, o Agente Fiduciário deverá enviar imediatamente carta protocolada à Emissora e às Intervenientes Garantidoras, com cópia à CETIP e ao Banco Mandatário, informando tal evento, para que a Emissora efetue o pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, acrescido dos Encargos Moratórios e dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis*, desde a data da primeira subscrição e liquidação, até a data do seu efetivo pagamento, no prazo de 3 (três) dias úteis a contar da data de recebimento da carta encaminhada pelo Agente Fiduciário, informando o respectivo valor e apresentando a memória de cálculo.

5.3.3 A CETIP deverá ser comunicada com, no mínimo, 2 (dois) dias úteis de antecedência do pagamento referido no item 5.3.2 acima.

5.3.4 Caso a Emissora não liquide as Debêntures na forma estipulada na Cláusula 5.3.2 acima, além dos Juros Remuneratórios devidos, serão acrescidos ao saldo do Valor Nominal das Debêntures os Encargos Moratórios, incidentes desde a data de vencimento antecipado das Debêntures até a data de seu efetivo pagamento, conforme Cláusula 4.8.3 acima.

6. DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA E DAS INTERVENIENTES GARANTIDORAS

6.1 A Emissora adicionalmente se obriga a:

(i) fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações:

- (a) dentro de, no máximo, 3 (três) meses após o término de cada exercício social, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social encerrado, acompanhadas de parecer de auditoria independente de renome internacional e autorizada a operar no Brasil;
- (b) dentro de 3 (três) dias úteis após sua convocação ou realização, notificação da convocação de qualquer assembleia geral de acionistas e, prontamente, fornecer cópias de todas as atas de todas as assembleias gerais de acionistas, bem como a data e ordem do dia da assembleia a se realizar;
- (c) imediatamente, informações a respeito de qualquer dos eventos indicados na Cláusula 5.3 acima imediatamente após a sua ocorrência; e
- (d) avisos aos debenturistas, de fatos relevantes, assim como atas de assembleias gerais e reuniões do conselho de administração da Emissora que, de alguma forma, envolvam interesse dos titulares de Debêntures.

(ii) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras, nos termos exigidos pela legislação em vigor, em especial pelo artigo 17 da Instrução CVM 476;

(iii) atender integralmente às obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, abaixo transcritas:

- (a) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com a regulamentação da CVM;
- (b) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM;
- (c) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;

- (d) manter os documentos mencionados no item (c) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
 - (e) observar as disposições da Instrução da CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002, conforme alterada (“Instrução CVM 358”), no tocante ao dever de sigilo e vedações à negociação;
 - (f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente aos Coordenadores; e
 - (g) fornecer as informações solicitadas pela CVM e/ou pela CETIP;
- (iv) enviar à CETIP: (a) as informações divulgadas na rede mundial de computadores previstas na alínea (c) do subitem (iii) acima; (b) documentos e informações exigidas por esta entidade no prazo por ela estabelecido; assim como (c) atender integralmente as demais obrigações previstas no Comunicado CETIP nº 028/09, de 02 de abril de 2009;
 - (v) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
 - (vi) convocar Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, nos termos da Cláusula 8ª desta Escritura, caso o Agente Fiduciário não o faça;
 - (vii) cumprir todas as determinações da CVM, com o envio de documentos e, ainda, prestando as informações que lhe forem solicitadas;
 - (viii) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor, bem como não praticar qualquer ato em desacordo com o seu Estatuto Social e com esta Escritura, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os titulares de Debêntures;
 - (ix) notificar, imediatamente, o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Emissora, bem como sobre qualquer descumprimento das obrigações previstas nesta Escritura e a ocorrência de qualquer um dos Eventos de Inadimplemento, previstos na Cláusula 5.3 acima;
 - (x) manter seus bens relevantes adequadamente segurados, conforme práticas usualmente adotadas pela Emissora;

- (xi) efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP;
- (xii) arcar com todos os custos decorrentes: (a) da distribuição das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CETIP; (b) de registro e de publicação dos atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura, seus eventuais aditamentos e os atos societários da Emissora e atos constitutivos das garantias à presente Emissão; e (c) das despesas com a contratação de Agente Fiduciário e Banco Mandatário;
- (xiii) manter contratado durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Mandatário, o Agente Escriturador, o Agente Fiduciário e sistema de negociação no mercado secundário por meio do SND;
- (xiv) efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora;
- (xv) não efetuar pagamento de dividendos ou de juros sobre capital próprio;
- (xvi) manter válidas e regulares, durante todo o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em circulação, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura, no que for aplicável;
- (xvii) comunicar imediatamente ao Agente Fiduciário a ocorrência de quaisquer eventos ou situações que sejam de seu conhecimento e que possam afetar negativamente sua habilidade de efetuar o pontual cumprimento das obrigações, no todo ou em parte, assumidas nos termos desta Escritura;
- (xviii) não sofrer qualquer alteração societária e/ou reorganização societária que resultem em liquidação, dissolução, cisão, fusão, incorporação ou alienação, bem como qualquer alteração do controle de seus controladores ou empresas coligadas, sem autorização prévia e formal dos debenturistas;
- (xix) exceto se aprovado pelo Agente Fiduciário, não alienar, ceder, transferir, vender, oferecer a venda, emprestar, locar, conferir ao capital, instituir usufruto ou fideicomisso, ou de outras formas negociar ou gravar com ônus de qualquer natureza, ou de qualquer forma dispor, total ou parcialmente, direta ou indiretamente, dos Direitos Creditórios e dos Bens Alienados Fiduciariamente, conforme definidos nos Contratos de Garantia;
- (xx) manter a Relação Debt/Equity, conforme prevista no Contrato de Suporte de Acionistas, sendo que deverá ser apresentado ao Agente Fiduciário, balancetes parciais para confirmação da

mencionada relação. Para tanto, a Contern e a Cibe Investimentos poderão, mediante prévia anuência e autorização do Agente Fiduciário, aportar recursos próprios no Projeto por meio de mútuos subordinados limitados ao somatório de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), desde que: (i) a medida não impacte o aporte do capital social mínimo previsto no Edital; (ii) esta condição venha a ser aceita por todos os eventuais financiadores da Emissora; e (iii) os instrumentos dos mútuos subordinados contenham condições satisfatórias ao Agente Fiduciário;

- (xxi) não ceder, nem vincular, em favor de outro credor, salvo autorização prévia e expressa do Agente Fiduciário, as receitas originárias oriundas da exploração dos serviços objeto do Contrato de Concessão;
- (xxii) contratar apólices de seguros na forma estabelecida no Edital, sendo que, conforme aplicável e sujeito à aprovação da ARTESP, os direitos oriundos de tais apólices de seguro deverão ser sub-rogados ao Agente Fiduciário, respeitado o previsto no item 25.1.1.1 do Edital;
- (xxiii) atender aos requisitos e exigências estabelecidas pelos Princípios do Equador, conjunto de critérios socioambientais para concessão de financiamentos disponíveis no site www.equator-principles.com/documents/Equator_Principles.pdf ou, na versão em português, www.equator-principles.com/translations.shtml;
- (xxiv) a Cibe Investimentos e qualquer de suas controladas não deverão realizar investimentos em novos negócios sem prévia anuência dos debenturistas, salvo após (i) a venda ou emissão de ações da Cibe Investimentos para uma empresa interessada em investir na Emissora (o “Potencial Comprador”) realizada por meio de um aumento de capital, pelo Potencial Comprador, na Cibe Investimentos, de modo que a Cibe Participações mantenha o controle acionário da Cibe Investimentos, e (ii) a destinação pela Cibe Investimentos de, no mínimo, R\$ 915.000.000,00 (novecentos e quinze milhões de reais) dos recursos obtidos com a eventual venda das ações para a realização dos Aportes de Capital Regulares, previstos no Cronograma de Aportes, ou dos Aportes Extraordinários, nos termos do Contrato de Suporte de Acionistas;
- (xxv) contratar engenheiro independente para acompanhamento da evolução do cronograma físico-financeiro do Projeto;
- (xxvi) cumprir com todas as leis, regulamentos e licenças socioambientais do País, aplicáveis ao Projeto;
- (xxvii) apresentar o relatório socioambiental preliminar em 90 (noventa) dias da data de emissão das Debêntures, bem como apresentar o relatório socioambiental definitivo e o plano de ação em até 180 (cento e oitenta) dias da data de emissão, satisfatório aos debenturistas;

- (xxviii) cumprir e fazer cumprir, durante a construção e operação do Projeto, as recomendações e/ou compromissos e práticas socioambientais descritos no relatório de avaliação socioambiental e planos de ação a serem elaborados, bem como suas atualizações posteriores, se aplicável, mantendo-se em conformidade com a legislação aplicável, bem como com os Princípios do Equador;
- (xxix) contratar consultor ambiental independente, para elaborar o relatório de avaliação socioambiental, às expensas da Emissora; e
- (xxx) tomar todas as providências necessárias à desativação das suas instalações ao final de sua vida útil, a fim de proteger a saúde e a segurança dos trabalhadores, das pessoas em geral e do meio ambiente.

6.2 As Intervenientes Garantidoras se obrigam a fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações:

- (i) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social, acompanhada de parecer dos auditores independentes;
- (ii) informações sobre quaisquer descumprimentos das Intervenientes Garantidoras, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura, no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da data em que tomar conhecimento de tal descumprimento; e
- (iii) quaisquer informações que o Agente Fiduciário solicitar, necessárias ao cumprimento, por parte das Intervenientes Garantidoras, das suas obrigações nesta Escritura, no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados do recebimento da notificação enviada pelo Agente Fiduciário.

7. DO AGENTE FIDUCIÁRIO

7.1 A Emissora constitui e nomeia a Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., acima qualificada, como agente fiduciário desta Emissão, a qual expressamente aceita a nomeação para, nos termos da legislação atualmente em vigor e da presente Escritura, representar a comunhão de Debenturistas perante a Emissora.

7.1.1 O Agente Fiduciário declara:

- (i) não ter qualquer impedimento legal, sob as penas da lei, para exercer a função que lhe é conferida, conforme artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações e artigo 10 da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada (“Instrução CVM 28”);
- (ii) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (iii) aceitar integralmente a presente Escritura e todas as suas Cláusulas e condições;
- (iv) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (v) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações previstas neste instrumento, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (vi) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de Agente Fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (vii) que esta Escritura constitui obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (viii) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações nela previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (ix) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que fossem sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tivesse conhecimento; e
- (x) as pessoas que o representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto.

7.2 A Emissora, por sua vez, declara não ter qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções.

7.3 Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação, falência ou qualquer outro motivo de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) para a escolha de novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

7.3.1 A CVM poderá nomear substituto provisório para o Agente Fiduciário enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário.

7.3.2 Na hipótese de o Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, solicitando sua substituição.

7.3.3 É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo de distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu eventual substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) especialmente convocada para esse fim.

7.3.4 A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores.

7.3.5 A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura, que deverá ser averbado na JUCESP, onde será inscrita a presente Escritura.

7.3.6 O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de celebração da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição ou cumprimento de todas suas obrigações sob esta Escritura e a legislação em vigor.

7.3.7 Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

7.4 Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (i) proteger os direitos e interesses dos debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (ii) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (iii) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;

- (iv) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (v) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura e eventuais aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (vi) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (vii) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;
- (viii) verificar a regularidade da constituição das garantias, bem como do valor dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;
- (ix) solicitar, quando julgar necessário para o fiel cumprimento de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das varas da Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas trabalhistas e procuradoria da Fazenda Pública da localidade da sede da Emissora;
- (x) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora, às suas expensas, sendo que tal solicitação deverá ser acompanhada de relatório detalhado que fundamente e comprovadamente justifique a necessidade de realização da referida auditoria, cujos custos deverão ser arcados pela Emissora;
- (xi) convocar, quando necessário, Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes na forma da Cláusula 4.9 desta Escritura;
- (xii) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas e enviar à CETIP, no mesmo dia da Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), sumário das deliberações tomadas e, no prazo de 10 (dez) dias, cópia da ata da referida assembleia;
- (xiii) elaborar relatório destinado aos debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea b, da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:
 - (a) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações

divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigação prestação de informações pela Emissora;

- (b) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
 - (d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (e) amortização do Valor Nominal e pagamento de Juros Remuneratórios das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - (g) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
 - (h) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura; e
 - (i) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário.
- (xiv) colocar o relatório de que trata o item (xiii) acima à disposição dos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, pelo menos nos seguintes locais:
- (a) na sede da Emissora;
 - (b) no seu escritório ou em local indicado pelo Agente Fiduciário;
 - (c) na CVM; e
 - (d) na sede do Coordenador Líder, na hipótese do prazo para a apresentação do relatório vencer antes do encerramento do prazo de distribuição das Debêntures;
- (xv) enviar comunicado aos Debenturistas de que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no item (xiv) acima;

- (xvi) manter atualizada a relação dos debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, aos Coordenadores e à CETIP;
- (xvii) coordenar o sorteio das Debêntures a serem resgatadas antecipadamente, se for o caso;
- (xviii) fiscalizar o cumprimento das Cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer; e
- (xix) notificar os debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados esclarecimentos adicionais. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP.

7.5 O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos desta Escritura:

- (i) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar o saldo do Valor Nominal das Debêntures, acrescido dos Juros Remuneratórios correspondentes e demais encargos devidos nas condições especificadas;
- (ii) executar a Fiança ou os Contratos de Garantia, aplicando o produto no pagamento integral dos titulares das Debêntures;
- (iii) requerer a falência da Emissora;
- (iv) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (v) representar os debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial e/ou liquidação extrajudicial da Emissora, se for o caso.

7.6 O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas na Cláusula 7.5 (i) a (iv) acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), esta assim o autorizar, por deliberação da unanimidade das Debêntures em circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria das Debêntures em circulação quando tal hipótese se referir ao disposto na Cláusula 7.5 (v) acima.

7.7 Será devido ao Agente Fiduciário honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação em vigor e desta Escritura, correspondentes a uma remuneração

de R\$24.000,00 (vinte e quatro mil Reais), devidos pela Emissora, pagos em parcela única no quinto dia após a data de assinatura desta Escritura.

7.7.1 Na hipótese de ocorrer o cancelamento da totalidade das Debêntures em circulação, fica estabelecido que o Agente Fiduciário deverá devolver a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data do efetivo cancelamento da totalidade, à Emissora.

7.7.2 O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante emissão de fatura encaminhada à Emissora com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência à data de vencimento da fatura.

7.7.3 Os valores serão acrescidos dos seguintes tributos incidentes sobre a remuneração do Agente Fiduciário: (i) ISS (Imposto sobre serviços de qualquer natureza); (ii) PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social); e (iii) COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), nas alíquotas vigentes correspondentes ao regime de tributação de lucro real pelas instituições financeiras nas respectivas datas de pagamento, de tal forma que tais valores indicados nesta Escritura correspondam a valores líquidos destes tributos incidentes sobre a prestação de serviços de agente fiduciário pelas instituições financeiras.

7.7.4 Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o substituído deverá devolver à Emissora a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data da efetiva substituição.

7.7.5 Caso sejam alteradas as condições da Emissão, a Emissora e o Agente Fiduciário se comprometem a avaliar os impactos destas alterações nos serviços ora descritos visando à alteração da remuneração do Agente Fiduciário.

7.7.6 As remunerações descritas na Cláusula 7.7 serão devidas mesmo após a Data de Vencimento das Debêntures caso o Agente Fiduciário permaneça atuando na cobrança de cumprimento de obrigações da Emissora.

7.7.7 Em caso de inadimplemento, pecuniário ou não, pela Emissora, será devida ao Agente Fiduciário uma remuneração adicional equivalente a R\$400,00 (quatrocentos Reais) por hora-homem de trabalho dedicado às atividades relacionadas à Emissão e às Debêntures, a ser paga no prazo de 5 (cinco) dias após comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário à Emissora de “Relatório de Horas”. As atividades a que se refere esta Cláusula estão relacionadas (i) à assessoria aos investidores em processo de renegociação requerido pela Emissora; (ii) ao comparecimento em reuniões formais com a Emissora e/ou debenturistas

e/ou Assembléias Gerais de Debenturistas; e (iii) à implementação das conseqüentes decisões tomadas pelos debenturistas.

7.7.8 A remuneração do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao seu pagamento por um período superior a 30 (trinta) dias, será suportada pelos titulares das Debêntures, assim como as despesas reembolsáveis, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia aos investidores para cobertura de risco de sucumbência.

7.8 A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas em que tenha comprovadamente incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos. Caso estas despesas somem mais de R\$5.000,00 (cinco mil reais), o Agente Fiduciário deve avisar a Emissora e enviar todos os comprovantes de despesas para que esta possa acompanhar tais gastos.

7.8.1 O ressarcimento a que se refere à Cláusula 7.8 acima será efetuado em até 5 (cinco) dias úteis após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora.

7.8.2 Tais despesas a serem adiantadas pelos debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações judiciais propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos debenturistas.

7.8.3 No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos debenturistas e, posteriormente, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas incluem os gastos com honorários advocatícios, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, desde que relacionadas à solução da inadimplência da Emissora, enquanto representante dos debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 05 (cinco) dias corridos. Alternativamente e enquanto existir um único debenturista, todos os procedimentos judiciais e extra-judiciais decorrentes do disposto nesta Escritura poderão ser exercidos diretamente pelo debenturista, sem necessidade de intervenção do Agente Fiduciário.

7.8.4 As despesas a que se refere à Cláusula 7.8 acima não compreenderão aquelas incorridas com:

- (i) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura e na legislação aplicável, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;

- (ii) obtenção de certidões; e
- (iii) locomoções entre estados da federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções e devidamente comprovadas.

7.8.5 O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da Emissora e terá preferência sobre as Debêntures na ordem de pagamento.

8. DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

8.1 Os debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos debenturistas (“Assembleia Geral de Debenturistas”).

8.2 Aplica-se à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, além do disposto na presente Escritura, o disposto na Lei das Sociedades por Ações sobre assembleia geral de acionistas.

8.3 A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada: (i) pelo Agente Fiduciário; (ii) pela Emissora; (iii) por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação; ou (iv) pela CVM.

8.4 A Assembleia Geral de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de debenturistas.

8.5 Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais dos Debenturistas.

8.6 O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas e prestar aos debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

8.7 A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao debenturista eleito pelos debenturistas ou àquele que for designado pela CVM.

8.8. A renúncia à declaração de vencimento antecipado das Debêntures dependerá de aprovação de debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação.

8.9. Toda e qualquer alteração nas cláusulas ou condições previstas nesta Escritura, dependerá de aprovação de debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação, exceto pelas matérias mencionadas no item 8.10 abaixo

8.10 Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, a cada Debênture caberá um voto. As deliberações serão tomadas por debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação exceto quando de outra forma prevista nesta Escritura, e nas hipóteses de alteração de prazos, valor e forma de remuneração das Debêntures, alteração dos termos e condições da Fiança, amortização ou das hipóteses de vencimento antecipado que dependerão da aprovação de 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação.

8.11 Para efeito da constituição do *quorum* de instalação e deliberação a que se refere esta Cláusula 8ª, serão consideradas como Debêntures em circulação aquelas Debêntures emitidas pela Emissora que ainda não tiverem sido resgatadas e/ou liquidadas, devendo ser excluídas do número de tais Debêntures aquelas que a Emissora possuir em tesouraria, ou que sejam pertencentes ao seu controlador ou a qualquer de suas sociedades controladas e coligadas, bem como respectivos diretores ou conselheiros e respectivos parentes até segundo grau e a seus respectivos cônjuges.

8.12 As deliberações tomadas pelos debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os *quoruns* estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido na respectiva Assembleia.

9. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DAS INTERVENIENTES GARANTIDORAS

9.1 A Emissora declara e garante que:

- (i) é sociedade por ações devidamente constituída, com existência válida e em situação regular segundo as leis do Brasil, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;
- (ii) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir com todas as obrigações previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais, contratuais e estatutários necessários para tanto;
- (iii) a celebração dos Documentos da Oferta, bem como o cumprimento de todas as obrigações neles previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora bem como nenhum de seus documentos e atos societários;

- (iv) as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto;
- (v) a celebração dos Documentos da Oferta não infringem qualquer disposição legal, ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral, ou quaisquer contratos ou instrumentos dos quais a Emissora seja parte, nem irá resultar em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto por aqueles previstos nos Contratos de Garantia; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (vi) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, é exigido para o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações nos termos dos Documentos da Oferta, ou para a realização da Emissão, exceto pelas condições suspensivas previstas nos Contratos de Garantia, a inscrição da Escritura na JUCESP e o registro das Debêntures na CETIP;
- (vii) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da remuneração das Debêntures foi determinada por sua livre vontade;
- (viii) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura, incluindo, mas não se limitando, à obrigação de destinar os recursos obtidos com a Emissão aos fins previstos na Cláusula 3.7 desta Escritura;
- (vii) não realizará outra oferta pública de debêntures da mesma espécie dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da oferta das Debêntures, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM;
- (viii) não existem contra ela quaisquer processos, procedimentos, pendências, investigações, condenações, sejam judiciais ou administrativas, de natureza fiscal, trabalhista, ambiental, financeira, ou de outra qualquer natureza, perante qualquer pessoa, entidade ou órgão, público ou privado, ou ente governamental, regulador, administrativo, fiscalizador, na esfera federal, estadual, municipal, distrital, local ou similares, bem como perante juízes ou tribunais arbitrais e de justiça;
- (ix) na presente data e até o pagamento integral de todas as obrigações relacionadas às Debêntures, não há e nem haverá, em relação à Emissora, quaisquer passivos, pendências, dívidas ou endividamento, seja por meio de empréstimos, adiantamentos ou qualquer outra forma de contratação de dívida, exceto pelas obrigações previstas nesta Escritura e pelas dívidas oriundas

do sistema BNDES ou de outro agente de fomento para financiamento do CAPEX, até o limite de R\$ 1.800.000.000,00 (um bilhão e oitocentos milhões de reais) ou, ainda, se previamente aprovado pelos debenturistas;

- (x) com exceção dos ônus e gravames previstos nos Contratos de Garantia todos seus ativos encontrar-se-ão livre e desembaraçados de quaisquer ônus até o cumprimento integral das obrigações previstas nesta Escritura;
- (xi) seu capital social nesta data é de R\$546.526.400,00 (quinhentos e quarenta e seis milhões, quinhentos e vinte e seis mil e quatrocentos Reais), sendo a Contern legítima proprietária de 404.429.536 (quatrocentos e quatro milhões quatrocentos e vinte e nove mil quinhentos e trinta e seis) ações representando 74% (setenta e quatro por cento) do seu capital social e a Cibe Investimentos é legítima proprietária de 142.096.864 (cento e quarenta e dois milhões noventa e seis mil oitocentos e sessenta e quatro) ações representando 26% (vinte e seis por cento) do capital social, sendo que todas referidas ações foram devidamente autorizadas, validamente emitidas e encontram-se totalmente integralizadas; e
- (xii) não há pendências, judiciais ou administrativas, de qualquer natureza, no Brasil ou no exterior, que causem ou possam causar uma Mudança Adversa Relevante. Para os fins desta Escritura, o termo “Mudança Adversa Relevante” significa: (i) qualquer efeito prejudicial e relevante na situação (financeira ou de outra natureza), negócio, bens, resultados operacionais e/ou perspectivas da Emissora; (ii) qualquer efeito prejudicial e relevante nos poderes ou capacidade jurídica e/ou econômico-financeira da Emissora de cumprir com suas obrigações decorrentes desta Escritura e dos demais Documentos da Oferta; (iii) qualquer efeito prejudicial e relevante que afete ou que possa afetar a constituição, validade e/ou exequibilidade desta Escritura e/ou dos demais Documentos da Oferta ou, de qualquer outra forma, afete o cumprimento das obrigações neles assumidas; ou (iv) qualquer evento ou condição que, após o decurso de prazo ou envio de notificação, ou ambos, resulte em um Evento de Inadimplemento.

9.2 As Intervenientes Garantidoras declaram e garantem que:

- (i) estão devidamente autorizadas a celebrar esta Escritura e a cumprir com todas as obrigações previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (ii) são sociedades devidamente organizadas, sendo a Contern constituída e existente sob a forma de sociedade de cotas por responsabilidade limitada e a Heber e a Cibe investimentos constituída e existente sob a forma de sociedade por ações, ambas de acordo com as leis brasileiras, bem como estão devidamente autorizadas a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;

- (iii) a Fiança ora prestada constitui uma obrigação legal, válida e vinculante das Intervenientes Garantidoras, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (iv) a celebração desta Escritura e a prestação da Fiança aqui estabelecida não infringem qualquer disposição legal, ordem, decisão ou sentença administrativa ou judicial, contrato ou instrumento do qual as Intervenientes Garantidoras sejam parte, nem irá resultar em (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos, (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem das Intervenientes Garantidoras ou de qualquer de seus controladores, ou (c) a rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (v) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para o cumprimento pelas Intervenientes Garantidoras de suas obrigações nos termos da presente Escritura, ou para a realização da Emissão, exceto pelo registro da presente Escritura na JUCESP e no Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e o registro das Debêntures junto ao SDT e ao SND, as quais estarão em pleno vigor e efeito na Data de Liquidação;
- (vi) a celebração da presente Escritura e a outorga da Fiança, não infringem qualquer contrato ou instrumento dos quais as Intervenientes Garantidoras sejam parte, nem irá resultar (i) em vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em quaisquer desses contratos ou instrumentos, (ii) na criação de qualquer ônus ou gravames sobre qualquer ativo ou bem das Intervenientes Garantidoras, exceto por aqueles já existentes na presente data; e/ou (iii) na rescisão de quaisquer desses contratos ou instrumentos;
- (vii) não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou investigação pendente ou iminente envolvendo as Intervenientes Garantidoras perante qualquer tribunal, órgão governamental ou árbitro, que possa impedir a outorga da Fiança;
- (viii) não omitiram, ou omitirão, nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial na situação econômico-financeira ou jurídica das Intervenientes Garantidoras em prejuízo dos debenturistas;
- (ix) as obrigações assumidas nos termos desta Escritura não serão afetadas por atos ou omissões que possam exonerá-las de suas obrigações ou afetá-las, inclusive, porém não limitados, aos seguintes: (i) qualquer extensão de prazo ou acordo entre os debenturistas e as Intervenientes Garantidoras; (ii) qualquer novação ou não exercício de qualquer direito dos titulares das Debêntures contra a Emissora; ou (iii) qualquer limitação ou incapacidade da Emissora, inclusive sua falência, pedido de recuperação extrajudicial ou judicial;

- (x) não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções com relação à outorga da Fiança;
- (xi) as informações e declarações contidas nesta Escritura em relação às Intervenientes Garantidoras e à Emissão, conforme o caso, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes em todos os aspectos relevantes; e
- (xii) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura.

10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

- (i) Para a Emissora:

CONCESSIONÁRIA SPMAR S.A.

Av. Brigadeiro Faria Lima, 2012, 9º andar, CEP 05426-100, São Paulo – SP.

At.: Sr. José Carlos Medeiros de Britto Pereira

Tel.: (11) 3035-1100

Fax: (11) 3035-1100

E-mail: jose.britto@grupoverdis.com.br

- (ii) Para o Agente Fiduciário:

PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.,

Rua Sete de Setembro, 99, 24º andar, CEP 20050-005, Rio de Janeiro - RJ

At.: Sr. Carlos Alberto Bacha / Sr. Rinaldo Rabello Ferreira

Telefone: (21) 2507-1949

Fax-símile: (21) 3554-7310 / (21) 3554-7315

E-mail: bacha@pavarini.com.br / rinaldo@pavarini.com.br / pavarini@pavarini.com.br

- (iii) Para as Intervenientes Garantidoras:

HEBER PARTICIPAÇÕES S.A.

Av. Brigadeiro Faria Lima, 2012, 5º andar, cj. 54, sala 01, CEP 01469-900, São Paulo – SP.

At.: Sr. Augusto Milani

Tel.: (11) 3956-8124

Fax: (11) 3956-8103

E-mail: augusto.milani@cibepar.com.br

CONTERN CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA.

Rua das Olimpíadas, 66, 6º andar, CEP 04551-000, São Paulo – SP.

At.: Sr. Pedro Rache de Andrade

Tel.: (11) 3035-1100

Fax: (11) 3035-1100

E-mail: pedro.rache@contern.com.br

CIBE INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Av. Brigadeiro Faria Lima, na Av. Brigadeiro Faria Lima, 1744, 8º andar, sala 11, CEP 01451-910, São Paulo – SP

At.: Sr. Wendel da Silva Caleffi

Tel.: (11) 3956-8123

Fax.: (11) 3956-8103

E-mail: wendel.caleffi@cibepar.com.br

(iv) Para o Banco Mandatário e o Agente Escriturador:

BANCO BRADESCO S.A.

Departamento de Ações e Custódia

Cidade de Deus, s/nº, Prédio Amarelo, 2º Andar

Vila Yara, Osasco – SP – CEP 06029-900

At: João Batista de Souza

Tel.: (11) 3684-7911

Fax: (11) 3684-7911

E-mail: 4010.jbsouza@bradesco.com.br

(vi) Para a CETIP:

CETIP S.A. – BALCÃO ORGANIZADO DE ATIVOS E DERIVATIVOS

Av. República do Chile, nº 230, 11º andar, CEP 20031-170 - Rio de Janeiro, RJ

Tel.: (21) 2276-7474

Fax: (21) 2252-4308/2262-5481

ou

Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 1663, 4º andar, CEP 01452-000 - São Paulo, SP

Tel.: (11) 3111-1596

Fax: (11) 3115-1564

10.1.2 As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com aviso de recebimento expedido pelo correio ou ainda por telegrama enviado aos endereços acima.

10.1.3 As comunicações feitas por fax ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem.

10.1.4 A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser imediatamente comunicada às demais partes.

10.2 Exceto quando previsto expressamente de modo diverso na presente Escritura, entende-se por “dia útil” qualquer dia da semana, exceto sábado, domingos e feriados nacionais ou ainda, quando não houver expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, ressalvados os casos de pagamentos que devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente “dia útil” será qualquer dia da semana, exceto sábado, domingo ou feriado nacional. Quando a indicação de prazo contado por dia na presente Escritura não vier acompanhada da indicação de “dia útil”, entende-se que o prazo é contado em dias corridos.

10.3 Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia ao mesmo, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

10.4 Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituírem as disposições afetadas por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

10.5 Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

10.6 Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica e se submetem às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura.

10.7 Esta Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

10.8 Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura e da Fiança, bem como de eventuais aditamentos, e dos atos societários relacionados a esta Emissão, nos registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

11. FORO

11.1 Fica eleito o Foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou possa vir a ser.

E por estarem assim justas e contratadas, as Partes firmam a presente Escritura, em 6 (seis) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

* * * *

São Paulo, 15 de fevereiro de 2011

[Página 1/5 de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional, para Distribuição Pública com Esforços restritos de Colocação, da Concessionária SPMAR S.A.]

CONCESSIONÁRIA SPMAR S.A.

Por:

Por:

Cargo:

Cargo:

[Página 2/5 de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional, para Distribuição Pública com Esforços restritos de Colocação, da Concessionária SPMAR S.A.]

PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

Por:

Cargo:

[Página 3/5 de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional, para Distribuição Pública com Esforços restritos de Colocação, da Concessionária SPMAR S.A.]

HEBER PARTICIPAÇÕES S.A.

Por:

Por:

Cargo:

Cargo:

[Página 4/5 de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional, para Distribuição Pública com Esforços restritos de Colocação, da Concessionária SPMAR S.A.]

CONTERN CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA.

Por:

Por:

Cargo:

Cargo:

[Página 5/5 de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografia, com Garantia Adicional, para Distribuição Pública com Esforços restritos de Colocação, da Concessionária SPMAR S.A.]

CIBE INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Por:

Por:

Cargo:

Cargo:

Testemunhas:

1. _____

Nome:

RG:

2. _____

Nome:

RG: